

Concessionária do Bloco Sul S.A.

**Demonstrações financeiras referentes
aos exercícios findos em 31 de dezembro
de 2025 e 2024 e relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	12
Balanços patrimoniais	15
Demonstrações de resultados	16
Demonstrações dos resultados abrangentes	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Bloco Sul, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

1.2. Destaques do ano de 2025

O ano de 2025 é marcado pela consolidação da transição entre a Fase I-B e a Fase II do Contrato de Concessão em relação aos investimentos obrigatórios destinados à adequação da infraestrutura aos normativos e às disposições do Contrato de Concessão nos 9 (nove) aeroportos que compõem o Bloco Sul. Na atual Fase II, a Concessionária passa a operar sob um novo regime contratual, com foco na manutenção, na gestão da infraestrutura aeroportuária e no atendimento contínuo aos padrões de desempenho estabelecidos.

Em fevereiro de 2025, houve mudança na estrutura organizacional, e a posição de vice presidente da Plataforma foi assumida pelo Waldo Edwin Perez Leskovar antes ocupada por Fábio Russo.

O tráfego de passageiros cresceu 6,0% frente a 2024, alcançando 12,0 milhões de passageiros, enquanto a movimentação de cargas de importação e exportação cresceu 1,3% no mesmo período, totalizando 23,6 mil toneladas. Como destaque comercial foram firmados 42 novos contratos de varejo, alimentação e serviços, correspondente a 1.432m² de área bruta locável (ABL) e 41 novas operações foram inauguradas ao longo do ano.

Dentre outras importantes ações ocorridas ao longo do ano, destacam-se:

- Inauguração de mais uma sala VIP em Curitiba, que soma agora 6 salas VIP em operação, e da segunda em Navegantes;
- Inauguração do estacionamento de Pelotas, operado pela Estapar;
- Inauguração da primeira rota cargueira internacional em Navegantes, ligando a Miami, operada pela Latam;

- Nova frequência da rota cargueira internacional FRA-CWB, operada pela Lufthansa;
- Assinatura do contrato de *naming rights* para o Aeroporto de Navegantes, sendo o primeiro desta modalidade no Brasil.

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

2.1. Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A governança corporativa da companhia tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é hoje composto por cinco membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão por dois anos, admitida a reeleição.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria executiva é composta por um CEO e seis vice-presidências com designações específicas. Os representantes da diretoria executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições.

Além da estrutura diretiva estatutária, a Companhia adota um modelo de gestão por plataformas de negócios. A Plataforma de Aeroportos é responsável pelos ativos concessionados nos blocos Sul, Central e Pampulha, com estrutura executiva dedicada para garantir disciplina operacional, desempenho financeiro e aderência regulatória.

2.2. Gestão de Pessoas

Em 2025, a Motiva avançou na consolidação de sua cultura organizacional na plataforma Aeroportos, com uma agenda integrada de desenvolvimento, inclusão e cuidado com as equipes. A área de Pessoas liderou iniciativas estruturantes que fortaleceram competências essenciais, ampliaram diversidade e promoveram bem-estar.

Desenvolvimento e Formação

O Programa Decola Aeroportos seguiu em expansão, com foco em *soft skills* e adesão de 50% do quadro, alcançando mais de 80% de conclusão, reforçando a cultura de aprendizagem contínua.

Novas iniciativas também foram implementadas:

- Decola Jovem: modelo estruturado de desenvolvimento para jovens aprendizes, com ênfase em cuidado integral e saúde mental.
- Capacita PcD: formação profissional dedicada a pessoas com deficiência, ampliando inclusão e empregabilidade.
- MentorAr: mentoria cruzada entre gerentes e supervisores, fortalecendo a transferência de conhecimento e preparando os supervisores para futuro novos desafios.
- Altitude 90: acompanhamento intensivo para novos líderes nos primeiros 90 dias, acelerando adaptação e reforçando comportamentos de liderança.

A empresa ainda executou o piloto Rota do Equilíbrio, com sessões de *mindfulness* e práticas de bem-estar, promovendo saúde emocional e ambiente de trabalho mais saudável.

Todos os programas foram conduzidos de forma integrada na plataforma aeroportos, que opera sob estrutura matricial com compartilhamento de recursos entre unidades.

Segurança Operacional e Bem-Estar

A segurança permaneceu como prioridade estratégica, com iniciativas preventivas alinhadas à meta corporativa de zero acidentes e ao fortalecimento dos padrões operacionais.

A Companhia manteve o colaborador como protagonista de sua estratégia. Em dezembro de 2025, a unidade contava com 409 colaboradores efetivos, com importantes indicadores de diversidade:

- 36,8% de mulheres em posições de liderança,
- 33,3% de representatividade multirracial,
- 150% de cumprimento da cota legal de PcD.

2.3. Partes Relacionadas

De acordo com o Contrato de Concessão, entende-se por parte relacionada referente à Companhia, qualquer pessoa controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade principal é garantir a lisura e transparência nos procedimentos, a utilização de parâmetros de mercado para contratações e o cumprimento das cláusulas contratuais, o Contrato de Concessão estabeleceu a

necessidade de publicação e implementação de uma Política de Transações entre Partes Relacionadas pela Concessionária, a qual estabelece procedimentos específicos que devem ser observados neste tipo de contratação em linha com as previsões contidas no Contrato de Concessão a respeito deste tema.

Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser enviado à ANAC em até 15 (quinze) dias após a sua celebração com a justificativa da administração para a contratação com a Parte Relacionada em vistas das alternativas de mercado.

2.4 Responsabilidade Social

Em 2025, a Motiva Aeroportos, em parceria com o Instituto Motiva, consolidou sua atuação social nos municípios onde opera. Ao longo do ano, foram promovidas ações estruturadas nos eixos estratégicos de Educação e Cultura, Saúde e Segurança, Mobilidade e Cidades Sustentáveis. O conjunto dos projetos reforça o compromisso da empresa com o desenvolvimento local e a geração de impacto social positivo.

Saúde, Bem-Estar e Esporte

O programa Caminhos para a Saúde foi um dos destaques do ano, oferecendo às comunidades atendimentos como testes de glicemia, aferição de pressão arterial, cálculo de IMC, corte de cabelo, massagem e atividades recreativas para crianças. As equipes dos aeroportos também atuaram com orientações sobre meio ambiente e segurança aeroviária, ampliando o alcance educativo da iniciativa.

Outra frente de grande mobilização foi o Circuito de Corridas realizado nas pistas dos aeroportos de Joinville, Curitiba e Londrina, aproximando as comunidades dos espaços aeroportuários e incentivando hábitos saudáveis.

O projeto Cultivar Esportes ampliou sua presença com núcleos de vôlei e judô em escolas e centros esportivos de São José dos Pinhais, Navegantes, Pelotas e Londrina.

Voluntariado e Meio Ambiente

Em 2025, foram promovidas ações de voluntariado, com a participação dos profissionais dos aeroportos, beneficiando comunidades, escolas e instituições. Entre os destaques, estão mutirões de limpeza de praias e margens de rios em Navegantes, Uruguaiana e Pelotas.

As iniciativas ambientais também incluíram plantio de árvores, revitalização e criação de jardins, além da implantação de hortas em escolas, fortalecendo práticas sustentáveis nas comunidades.

Educação e Cultura

Com foco na formação e no desenvolvimento de crianças e jovens, a Motiva Aeroportos realizou diversas ações educativas. As visitas guiadas aos aeroportos ao longo do ano permitiram apresentar conceitos de segurança operacional e preservação ambiental de forma prática e acessível.

Diversas ativações culturais foram promovidas nas áreas de desembarque, valorizando tradições regionais e a cultura brasileira, como o Carnaval de Uruguaiana, a Fenadoce em Pelotas e a Oktoberfest em Navegantes.

Meio Ambiente

Em relação aos aspectos ambientais, a Companhia manteve seu modelo de parceria com cooperativas de reciclagem, integrado à gestão estruturada de resíduos. Essa abordagem busca valorizar o trabalho das organizações comunitárias e garantir a triagem e destinação ambientalmente adequada dos materiais, além de estimular práticas de sustentabilidade no dia a dia dos aeroportos.

O gerenciamento do ruído aeronáutico segue ativo em todos os aeroportos do bloco, com atualização dos planos específicos e disponibilização das informações em canais digitais. Periodicamente, são promovidos encontros virtuais com comunidade e órgãos competentes, criando oportunidades de diálogo sobre o convívio entre a operação aérea e o entorno urbano.

Além disso, os aeroportos mantêm canais permanentes de comunicação, como ouvidoria e atendimentos dedicados, para esclarecer dúvidas, receber manifestações e informar sobre ajustes operacionais ou ações relevantes. Em cada localidade, o compromisso é manter uma comunicação acessível, atualizada e feita em linguagem clara, reforçando transparência e proximidade.

No âmbito da segurança operacional e da fauna, a Companhia adota rotinas internas de monitoramento e resposta alinhadas às normas da aviação, reduzindo atrativos para aves e outros animais e preservando condições seguras para a operação. As ações seguem um padrão institucional que prioriza a prevenção e a gestão adequada dos riscos associados à fauna no entorno aeroportuário.

Quando necessários, ajustes de infraestrutura observam procedimentos voltados a evitar, mitigar ou compensar impactos ambientais, conforme o licenciamento aplicável. Nessas situações, são conduzidas medidas como plantio de espécies nativas e monitoramento da fauna, buscando manter a integridade ambiental das áreas de influência dos aeroportos.

Os aeroportos do Bloco Sul ofereceram espaços de serviço, circulação e convivência, conectados ao território de forma responsável. Ao fortalecer ações em educação, cultura, esporte, saúde e meio ambiente, a Motiva Aeroportos consolida uma atuação que combina cuidado, transparência e respeito às comunidades vizinhas, para que cada aeroporto seja mais do que um ponto de partida ou chegada, mas também um espaço de apoio e referência para as cidades onde está presente.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Receita

R\$ mil

Receitas Operacionais [1]	2025	2024	Variação%
Receitas Tarifárias	350.792	312.944	12,1%
Receitas Não Tarifárias	331.735	295.160	12,4%
Receitas Serviços Partes Relacionadas	333	499	-33,2%
Receita Bruta	682.860	608.603	12,2%
Deduções da Receita Bruta	(81.497)	(71.957)	13,3%
Receita Líquida	601.363	536.646	12,1%

[1] Desconsidera Receita de Construção

Em 2025 houve um crescimento de 12,1% na receita tarifária, devido ao aumento no número de passageiros e na movimentação de cargas, conforme quadro abaixo:

Indicadores Operacionais	2025	2024	Variação
Número de Passageiros Totais	11.986.800	11.309.795	6,0%
Movimentação Total de Aeronaves (MTA)	169.152	167.370	1,1%
Volume de Cargas (Toneladas)	23.584	23.286	1,3%

A receita não tarifária teve um aumento de 12,4%, impactada principalmente pela inauguração das 2 novas salas VIP (Curitiba e Navegantes), pela inauguração de 18 operações de *F&B* e 16 operações de *retail*, pela renovação, com renegociação, de contratos de hangares e demais contratos com vencimento em 2025.

3.2. Custos e Despesas

Em 2025 a Companhia atuou com foco estratégico em eficiência operacional, com redução do custo *per Pax* ano a ano.

No custo realizado comparado com o ano anterior, houve um crescimento de 1,7% inferior ao fechamento da inflação dos últimos 12 meses: 4,26% (fonte IBGE - base: dez/25).

As principais ações estão vinculadas ao foco estratégico, com reduções concentradas principalmente em melhoria na eficiência em despesas de pessoal e processos operacionais.

Para os próximos anos, a Companhia manterá o foco estratégico em eficiência operacional, na métrica de menor custo *per Pax*.

3.3. Dívida

Foi realizado desembolso do BNDES-FINEM no valor de R\$ 20 milhões, com remuneração de IPCA + 8,25% AA., destinados à realização de investimentos subsequentes a conclusão da fase 1B.

4. Reconhecimentos e Prêmios

Em 2025, a pesquisa **Great Place to Work (GPTW)** reconheceu a Companhia — com destaque para a Plataforma de Aeroportos — entre as melhores empresas para se trabalhar, reforçando a consistência da cultura organizacional e o alinhamento entre liderança e equipes.

Os aeroportos de Curitiba (PR), Navegantes (SC) e Foz do Iguaçu (PR), conquistaram a **certificação Nível 1 do Airport Carbon Accreditation (ACA)**, programa internacional que reconhece ações voltadas à gestão e à redução das emissões de carbono. Promovida pelo Conselho Internacional de Aeroportos (ACI), a iniciativa é considerada a principal referência global em sustentabilidade na aviação.

O Aeroporto Internacional Afonso Pena (CWB) foi reconhecido no **Prêmio Aviação + Brasil 2025** como o **melhor aeroporto do país** na categoria de 5 a 10 milhões de passageiros por ano. A premiação, baseada na Pesquisa de Satisfação dos Passageiros e em indicadores de desempenho operacional, destaca a qualidade dos serviços, a eficiência operacional e a experiência oferecida aos usuários, reforçando o posicionamento do aeroporto como referência nacional em sua faixa de movimentação.

O projeto “Biodiversifica” da Motiva Aeroportos foi reconhecido com o **ACI-LAC Green Airport Recognition 2025 – Special Recognition** na categoria de biodiversidade pela Airports Council International – Latin America & Caribbean (ACI-LAC), uma premiação que destaca iniciativas ambientais excepcionais no setor aeroportuário da América Latina e Caribe. Essa distinção evidencia o compromisso da Motiva com práticas de conservação da biodiversidade e soluções baseadas na natureza, colocando sua ação entre as mais impactantes e inovadoras da região em gestão ambiental.

5. Considerações finais

Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as demonstrações financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

6. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, a Agência Nacional da Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizados e crescimento.

São Paulo, 12 de março de 2026.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária do Bloco Sul S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Bloco Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Bloco Sul S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em

continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		279.377	335.542
Caixa e equivalentes de caixa	6	108.708	147.964
Aplicações financeiras	6	89.377	101.296
Contas a receber das operações	7.1	62.227	68.178
Contas a receber de partes relacionadas	9	108	151
Tributos a recuperar		8.754	8.195
Estoques		7.726	7.194
Adiantamentos a fornecedores		13	369
Despesas antecipadas e outros créditos		2.464	2.195
Não circulante		4.492.892	4.301.879
Aplicações financeiras	6	71.309	34.678
Contas a receber das operações	7.1	201	503
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	186.599	144.281
Tributos a recuperar		6.801	1.111
Estoques		2.021	1.330
Depósitos judiciais e outros		132	144
Imobilizado	10	17.075	18.757
Intangível	11	4.099.952	3.889.076
Infraestrutura em construção	11	108.704	211.858
Direito de uso em arrendamento		98	141
Total do Ativo		4.772.269	4.637.421
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante		210.207	215.307
Financiamentos	12	298	155
Debêntures	13	48.547	45.641
Fornecedores	14	33.365	73.908
Contas a pagar a partes relacionadas	9	92.715	55.774
Passivo de arrendamento		51	51
Impostos e contribuições a recolher		12.882	14.141
Obrigações sociais e trabalhistas	15	18.723	22.724
Receitas antecipadas		2.499	1.959
Outras obrigações		1.127	954
Não circulante		3.638.781	3.460.270
Financiamentos	12	174.170	146.530
Debêntures	13	3.457.124	3.309.698
Fornecedores	14	473	687
Passivo de arrendamento		62	106
Obrigações sociais e trabalhistas	15	7	248
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	16	112	40
Receitas antecipadas		6.833	2.961
Patrimônio líquido	17	923.281	961.844
Capital social		1.289.760	1.245.010
Reserva de capital		408	611
Prejuízos acumulados		(366.887)	(283.777)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.772.269	4.637.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais líquidas	18	774.082	1.543.799
Custo dos serviços prestados		(463.134)	(1.264.346)
Custo de construção		(172.719)	(1.007.153)
Serviços		(123.920)	(116.650)
Depreciação e amortização	10 e 11	(78.496)	(50.065)
Custo com pessoal		(52.529)	(51.017)
Seguros		(3.310)	(2.660)
Eventos, feiras e congressos		(687)	(390)
Energia elétrica		(12.611)	(12.881)
Licenças de uso de programa		(4.440)	(3.565)
Materiais, equipamentos e veículos		(12.748)	(16.476)
Outros		(1.674)	(3.489)
Lucro bruto		310.948	279.453
Despesas operacionais		(50.729)	(59.949)
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(27.925)	(34.017)
Serviços		(9.242)	(12.304)
Depreciação e amortização	10 e 11	(810)	(781)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.436)	(3.009)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(905)	(827)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(684)	(377)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(9)	-
Gastos com viagens e estadias		(727)	(1.230)
Materiais equipamentos e veículos		(537)	(261)
Perdas com clientes		(5.624)	(1.940)
Provisão para perda esperada - contas a receber	7	1.752	(842)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	16.1	(72)	(40)
Outras despesas (receitas) operacionais		(4.510)	(4.321)
Resultado antes do resultado financeiro		260.219	219.504
Resultado financeiro	19	(385.647)	(272.093)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(125.428)	(52.589)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8.1	42.318	17.566
Prejuízo do exercício		(83.110)	(35.023)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares Reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(83.110)	(35.023)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(83.110)	(35.023)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Sul S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Capital social subscrito e integralizado	A integralizar	Plano de Incentivo de Longo Prazo		
Saldos em 1º de janeiro de 2024		2.968.340	(1.723.330)	186	(248.754)	996.442
Prejuízo do exercício		-	-	-	(35.023)	(35.023)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	-	425	-	425
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.968.340	(1.723.330)	611	(283.777)	961.844
Prejuízo do exercício		-	-	-	(83.110)	(83.110)
Integralização de capital em 10 de março de 2025	17.1	-	44.750	-	-	44.750
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	17.2	-	-	(203)	-	(203)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.968.340	(1.678.580)	408	(366.887)	923.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Prejuízo do exercício		(83.110)	(35.023)
Ajustes por:			
Imposto renda e contribuição social diferidos	8.2	(42.318)	(17.566)
Depreciação e amortização	10 e 11	79.263	50.803
Baixa do ativo imobilizado	10	303	3
Depreciação – Direito de uso em arrendamento		43	43
Juros e variação monetária sobre debêntures e financiamentos	19	407.661	337.891
Capitalização de custos dos empréstimos	10 e 11	(25.589)	(87.793)
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(1.752)	842
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	16.1	219	143
Comissão de fianças partes relacionadas	19	36.736	32.812
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	19	(98)	13
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	19	9	12
Rendimento de aplicação financeira		(15.023)	(3.731)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	17.2	(203)	425
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	8.005	(12.641)
Contas a receber de partes relacionadas	9	43	(5)
Tributos a recuperar		(418)	3.384
Estoques		(1.223)	(3.083)
Adiantamentos a fornecedores		356	756
Despesas antecipadas e outros créditos		(257)	5.710
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	14	(40.659)	75.015
Contas a pagar a partes relacionadas	9	205	15.159
Obrigações sociais e trabalhistas	15	(4.242)	1.503
Impostos e contribuições a recolher		(1.259)	1.917
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	16.1	(147)	(103)
Receitas antecipadas		4.412	-
Outras obrigações		173	(1.312)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		321.130	365.174
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(541)	(2.321)
Aquisição de ativo intangível	11	(166.087)	(1.069.199)
Outros de ativo imobilizado e intangível	10 e 11	780	32
Aplicações financeiras liquidas de resgate	6	23.090	(56.451)
Resgates / aplicações (conta reserva)	6	(32.779)	(71.714)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(175.537)	(1.199.653)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures e financiamentos:			
Captações (líquidas de custos de transação)	22.2	19.958	828.690
Pagamento de juros	22.2	(249.504)	(195.827)
Integralização de capital		44.750	-
Arrendamento:			
Pagamento de principal	22.2	(53)	(53)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		(184.849)	632.810
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(39.256)	(201.669)
Demonstração da redução caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		147.964	349.633
No final do exercício		108.708	147.964
		(39.256)	(201.669)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Concessionária do Bloco Sul S.A. (“Companhia” ou “Concessionária”), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Rua Paes Leme, n.º 524, 4º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo.

A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2021 tendo o Contrato de Concessão assinado em 20 de outubro de 2021 por um prazo de 30 anos a partir da data de eficácia, qual seja, até 29 de novembro de 2051.

A Companhia é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos Afonso Pena em São José dos Pinhais/PR, Cataratas em Foz do Iguaçu/PR, Governador José Richa em Londrina/PR, Bacacheri em Curitiba/PR, Ministro Victor Konder em Navegantes/SC, Lauro Carneiro de Loyola em Joinville/SC, João Simões Lopes Neto em Pelotas/RS, Rubens Berta em Uruguaiana/RS e Comandante Gustavo Kraemer em Bagé/RS.

Durante o primeiro trimestre de 2022 a Concessionária concluiu o processo de assunção das operações junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e cumpriu com todos os requisitos contratuais e regulatórios necessários para a certificação operacional da Concessionária como operador aeroportuário. Sendo assim, em 09 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Governador José Richa em Londrina/PR, Lauro Carneiro de Loyola em Joinville/SC, Bacacheri em Curitiba/PR, João Simões Lopes Neto em Pelotas/RS, Rubens Berta em Uruguaiana/RS e Comandante Gustavo Kraemer em Bagé/RS e, em 31 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Afonso Pena em São José dos Pinhais/PR, Ministro Victor Konder em Navegantes/SC e Cataratas em Foz do Iguaçu/PR.

Em 2023 iniciaram os investimentos necessários previstos na Fase I-B, de acordo com o Plano de Exploração Aeroportuária – PEA, para adequação das infraestruturas dos 9 aeroportos que compõem a Concessionária do Bloco Sul S.A.

Em 2024, os investimentos foram concluídos, tendo como escopo, a depender do aeroporto, reforma, expansão e melhoria dos terminais de passageiro, ampliação de posições de pátios, adequações aos regulamentos vigentes entre outros.

Concessionária do Bloco Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação da transição entre a Fase I-B e a Fase II do Contrato de Concessão, após o cumprimento integral, ao final de 2024, dos investimentos obrigatórios associados à Fase I-B, destinados à adequação da infraestrutura aos normativos e às disposições do Contrato de Concessão nos 9 (nove) aeroportos que compõem o Bloco Sul. Na atual Fase II, a Concessionária passa a operar sob um novo regime contratual, com foco na manutenção, na gestão da infraestrutura aeroportuária e no atendimento contínuo aos padrões de desempenho estabelecidos.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações.

Apesar do contrato de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os direitos do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1 Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 12 de março de 2026, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
- 11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 16.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
- 20. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos.

As receitas não tarifárias, são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 18.



3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.13.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.11. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.13. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

3.14. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.15. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025:

- Alterações ao CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; e
- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.16. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 40 e CPC 48); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 40 e CPC 48).

3.17. Reforma Tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.^{os} 6, 7, 9, 12, 13 e 20.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 12, 13 e 20.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 20.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	14.161	15.945	17.720	17.376	444.194
Debêntures (a)	237.956	241.448	255.797	275.745	6.041.643
Fornecedores e outras obrigações	34.492	473	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	92.715	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	705	369
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	108.003	147.595
Total	108.708	147.964
Aplicações financeiras	2025	2024
Circulante	89.377	101.296
Aplicações financeiras (a)	56.193	64.260
Conta reserva (b)	33.184	37.036
Não circulante	71.309	34.678
Conta reserva (b)	71.309	34.678
Total	160.686	135.974

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,96% do CDI, equivalente a 14,31% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (98,96% do CDI, equivalente a 10,76% a.a. em média, em 31 de dezembro de 2024).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
- (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a debêntures e financiamentos (notas explicativas n.ºs 12 e 13).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2025	2024
Circulante	62.227	68.178
Contas a receber das operações (a)	65.765	73.468
Provisão para perda esperada (b)	(3.538)	(5.290)
Não circulante	201	503
Contas a receber das operações (a)	201	503
Total	62.428	68.681

(a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem, capatazia e créditos a receber decorrentes de receitas não tarifárias tais como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e

(b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	60.132	65.013
Créditos vencidos até 60 dias	1.934	3.247
Créditos vencidos de 61 até 90 dias	362	421
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	710	975
Créditos vencidos há mais de 180 dias	2.828	4.315
Total	65.966	73.971



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(125.428)	(52.589)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	42.646	17.880
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(539)	(573)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(31)	(55)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	242	218
Outros ajustes tributários	-	96
Despesa de imposto de renda e contribuição social	42.318	17.566
Impostos diferidos	42.318	17.566
Alíquota efetiva de impostos	33,74%	33,40%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2025	2024
Ativo	245.211	195.404
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	236.613	185.502
Provisão para participação nos resultados (PLR)	3.874	4.357
Provisão para perda esperada - contas a receber	1.206	1.799
Provisão para fornecedores	17	48
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	38	14
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	1.443	819
Pré operacionalidade	1.170	2.172
Arrendamento	5	2
Programa de Gratificação Longo Prazo	845	691
Compensação de imposto ativo	(58.612)	(51.123)
Impostos ativos após compensação	186.599	144.281
Passivo	(58.612)	(51.123)
Capitalização de juros	(45.155)	(37.253)
Custo de transação de debêntures	(13.456)	(13.870)
Variação cambial	(1)	-
Compensação de imposto passivo	58.612	51.123
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	186.599	144.281

Concessionária do Bloco Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do imposto diferido	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	144.281	126.715
Reconhecimento no resultado	42.318	17.566
Saldos em 31 de dezembro	186.599	144.281

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

	2025
2031	3.833
2032 em diante	232.780
Total	236.613

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controladora indireta e outras partes relacionadas.

Saldos	2025				2024			
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	25	39	128	192	20	77	324	421
Bancos conta movimento	-	-	73	73	-	-	270	270
Contas a receber	25	39	44	108	20	77	54	151
Outros créditos	-	-	11	11	-	-	-	-
Passivo	-	92.637	78	92.715	-	55.647	127	55.774
Fornecedores e contas a pagar	-	92.637	78	92.715	-	55.647	127	55.774

Transações	2025				2024			
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(510)	(510)	-	-	(625)	(625)
Custos / despesas - seguros	-	-	-	-	-	-	(8)	(8)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	-	-	-	-	(138)	(138)
Custos / despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	-	-	-	-	-	(872)	(872)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Custos / despesas - serviços de treinamento de pessoal	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Custos / despesas - benefício em vales a colaboradores	-	-	(6.281)	(6.281)	-	-	(6.310)	(6.310)
Custos / despesas de lanches e refeições	-	-	-	-	6	-	-	6
Custos / despesas - Despesas indedutíveis	-	-	-	-	7	-	-	7
Custos / despesas - outros gastos gerais	-	-	-	-	-	-	1	1
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	(36.736)	-	(36.736)	-	(28.846)	(3.966)	(32.812)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	-	(73)	(73)	-	-	(86)	(86)
Ressarcimento de infraestrutura utilizada	-	-	11	11	-	-	2	2
Outras receitas operacionais	-	-	14	14	-	-	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	-	1	1	-	-	69	69
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	-	333	333	-	-	499	499
Repasse de custos e despesas - CSC (*)	-	(23.765)	-	(23.765)	-	(23.727)	-	(23.727)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(1.814)	(25)	(129)	(1.968)	(558)	215	(234)	(577)
Imobilizado/ Intangível	-	-	(320)	(320)	-	-	172	172

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 23.490



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora indireta Motiva.

9.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	2025	2024
Remuneração (a) (b)	-	436
Outros benefícios:	-	436
Complemento de provisão de PPR do ano anterior (a)	-	436

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 22 de abril de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

- (a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração e diretoria não estatutária); e
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados pagamentos de PPR no montante de R\$ 436.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora Indireta o montante de R\$ 2.878, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave, não há outras remunerações da Administração.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado				Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e edificações	Veículos			
Saldo em 1º de janeiro de 2024	29	129	-	3.274	3.432	13.802	17.234
Adições	-	-	-	-	-	3.097	3.097
Baixas	-	(3)	-	-	(3)	-	(3)
Transferências	265	4.515	-	214	4.994	(4.994)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	152	-	-	152	-	152
Depreciação	(10)	(513)	-	(1.009)	(1.532)	-	(1.532)
Outros	(1)	(177)	-	(13)	(191)	-	(191)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	283	4.103	-	2.466	6.852	11.905	18.757
Custo	296	4.632	-	4.262	9.190	11.905	21.095
Depreciação acumulada	(13)	(529)	-	(1.796)	(2.338)	-	(2.338)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	283	4.103	-	2.466	6.852	11.905	18.757
Adições	-	-	-	-	-	1.011	1.011
Baixas	(2)	(10)	-	-	(12)	-	(12)
Transferências	-	4.987	2.129	-	7.116	(7.116)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	(2)	-	-	(2)	-	(2)
Depreciação	(30)	(1.341)	(33)	(1.028)	(2.432)	-	(2.432)
Outros	-	(247)	-	-	(247)	-	(247)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	251	7.490	2.096	1.438	11.275	5.800	17.075
Custo	293	9.359	2.129	4.262	16.043	5.800	21.843
Depreciação acumulada	(42)	(1.869)	(33)	(2.824)	(4.768)	-	(4.768)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	251	7.490	2.096	1.438	11.275	5.800	17.075
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de dezembro de 2025	10	19	23	23			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R\$ 470 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 776 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 10,11% a.a e 5,37% a.a., respectivamente.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível				Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação		
Saldo em 1º de janeiro de 2024	2.653.446	-	3.246	2.656.692	412.121	3.068.813
Adições	-	-	1.500	1.500	1.080.364	1.081.864
Transferências	1.284.106	1.086	(1.087)	1.284.105	(1.284.105)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(152)	(152)	-	(152)
Amortização	(49.204)	(67)	-	(49.271)	-	(49.271)
Outros	(288)	-	-	(288)	(32)	(320)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.888.060	1.019	3.507	3.892.586	208.348	4.100.934
Custo	4.011.873	1.083	3.510	4.016.466	208.348	4.224.814
Amortização acumulada	(123.813)	(67)	-	(123.880)	-	(123.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.888.060	1.016	3.510	3.892.586	208.348	4.100.934
Adições	-	-	1.277	1.277	189.929	191.206
Baixas	(291)	-	-	(291)	-	(291)
Transferências	291.843	2.519	(2.519)	291.843	(291.843)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	2	2	-	2
Amortização	(76.418)	(413)	-	(76.831)	-	(76.831)
Outros	(6.364)	-	-	(6.364)	-	(6.364)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.096.830	3.122	2.270	4.102.222	106.434	4.208.656
Custo	4.297.056	3.602	2.270	4.302.928	106.434	4.409.362
Amortização acumulada	(200.226)	(480)	-	(200.706)	-	(200.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.096.830	3.122	2.270	4.102.222	106.434	4.208.656
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2025	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	98.982
Obras contratuais fase 1B	49.409
Obras de ampliação e modernização dos aeroportos	13.294
Implantação da nova pista de pouso	11.768
Desenvolvimento e implantação de sistemas	8.226
Revitalização do sistema de sonorização	6.485
Reforma dos caminhões de combate a incêndio	3.810
Revitalização do sistema de controle de acesso no aeroporto	2.605
Regularização normativa das câmeras do aeroporto	1.297
Aquisição de totens	1.100
Revitalização monitores informativos	988

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 25.119 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 87.017 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 10,11% a.a. e 5,37% a.a., respectivamente.

12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
BNDES - FINEM I (Subcrédito C - 1º desembolso)	IPCA + 8,252144% a.a.	8,7324% (a)	Outubro de 2047	4.899	4.604	153.993	146.685 (b) (c) (d)
BNDES - FINEM I (Subcrédito C - 2º desembolso)	IPCA + 8,252144% a.a.	8,5313% (a)	Outubro de 2047	382	367	20.475	- (b) (c) (d)
Total				4.971	4.971	174.468	146.685

	2025	2024
Circulante	298	155
Financiamentos	619	429
Custos de transação	(321)	(274)
Não circulante	174.170	146.530
Financiamentos	178.820	151.134
Custos de transação	(4.650)	(4.604)
Total	174.468	146.685

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada; e



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias:

- (b) Aval/fiança corporativa da Motiva na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (c) Garantia real; e
- (d) Fiança corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso do término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2025
2027	1.802
2028	3.815
2029	3.888
2030	3.888
2031 em diante	165.427
(-) Custo de transação	(4.650)
Total	174.170

A Companhia possui contratos de financiamentos com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são

constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (%) a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
3a Emissão - Série 1	IPCA + 6,99% a.a.	7,0784% (a)	Outubro de 2047	20.532	18.910	2.777.885	2.659.379 (b) (c) (d) (e)
3a Emissão - Série 2	IPCA + 6,99% a.a.	7,2953% (a)	Outubro de 2047	16.410	15.695	727.786	695.960 (b) (c) (d) (e)
Total					34.605	3.505.671	3.355.339

	2025	2024
Circulante	48.547	45.641
Debêntures	49.952	46.953
Custos de transação	(1.405)	(1.312)
Não circulante	3.457.124	3.309.698
Debêntures	3.490.324	3.344.304
Custos de transação	(33.200)	(34.606)
Total	3.505.671	3.355.339



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias:

- (b) Garantia real;
- (c) Alienação fiduciária;
- (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e
- (e) Fiança corporativa dos acionistas na proporção de sua participação acionária até o *completion*.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2025
2027	3.490
2028	17.411
2029	41.851
2030	52.238
a partir de 2031	3.375.334
(-) Custo de transação	(33.200)
Total	3.457.124

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

14. Fornecedores

	2025	2024
Circulante	33.365	73.908
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	26.100	46.110
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	22	70
Cauções e retenções contratuais (b)	7.243	27.728
Não circulante	473	687
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	-	687
Cauções e retenções contratuais (b)	473	-
Total	33.838	74.595

- (a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária

da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	2025	2024
Circulante	18.723	22.724
Salários e remunerações a pagar	1.953	2.306
Benefícios, gratificações e participações a pagar	9.638	12.186
Encargos sociais e previdenciários	2.215	2.701
Provisão para férias	4.917	5.531
Não circulante	7	248
Gratificações e participações a pagar	7	248
Total	18.730	22.972

16. Risco cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

16.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e, (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis, Administrativos e outros	Trabalhistas e previdenciários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	40	-	40
Constituição	40	148	38	226
Reversão	-	-	(21)	(21)
Pagamentos	(40)	(90)	(17)	(147)
Atualização de bases processuais e monetária	-	14	-	14
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	112	-	112



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Tributários	19.613	14.640
Cíveis e administrativos	210	295
Trabalhistas e previdenciários	919	1.131
Total	20.742	16.066

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 2.968.340, dos quais R\$ 1.678.580 ainda não foram integralizados, representado por 2.968.340.591 de ações ordinárias.

Em 10 de março de 2025, as acionistas realizaram a integralização de R\$ 44.750, referente ao saldo aprovado na AGE de 25 de março de 2021.

17.2. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em 16 de abril de 2025, houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 28.906 ações;
- Data da outorga: 16 de abril de 2025;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,59;
- Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche do plano regular R\$ 11,46, R\$ 10,57 e R\$ 9,58;
- Volatilidade calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%;



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; e

- Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de *vesting*.

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, composta por 28.906 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R\$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

Os planos outorgados em 2023 e 2024 seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 1.508 ações, restando 70.728 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 203.

18. Receitas operacionais líquidas

	2025	2024
Receita bruta	855.579	1.615.756
Receitas tarifárias	350.792	312.944
Receitas não tarifárias	331.735	295.160
Receitas de construção	172.719	1.007.153
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	333	499
Deduções das receitas brutas	(81.497)	(71.957)
Impostos sobre receitas	(78.662)	(70.132)
Abatimentos	(2.835)	(1.825)
Receita operacional líquida	774.082	1.543.799



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras	(423.366)	(297.035)
Juros sobre debêntures e financiamentos	(254.294)	(210.839)
Variação monetária sobre debêntures e financiamentos	(153.367)	(127.052)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(12)	(24)
Comissão de fianças partes relacionadas	(36.736)	(32.812)
Comissões sobre fianças	-	(8.226)
Capitalização de custo dos empréstimos	25.589	87.793
Ajuste a valor presente - arrendamento	(9)	(12)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(4.537)	(5.863)
Receitas financeiras	37.719	24.942
Rendimento sobre aplicações financeiras	35.505	22.778
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	110	11
Juros e outras receitas financeiras	2.104	2.153
Resultado financeiro líquido	(385.647)	(272.093)

20. Instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2025	2024
Ativo	Nível	331.930	352.770
Valor justo através do resultado		269.394	283.938
Caixa e bancos	Nível 2	705	369
Aplicações financeiras	Nível 2	164.196	211.855
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	104.493	71.714
Custo amortizado		62.536	68.832
Contas a receber das operações		62.428	68.681
Contas a receber de partes relacionadas		108	151
Passivo	Nível	(3.817.151)	(3.638.267)
Custo amortizado		(3.817.151)	(3.638.267)
Debêntures (a)	Nível 2	(3.505.671)	(3.355.339)
Financiamentos (a)	Nível 2	(174.468)	(146.685)
Fornecedores e outras contas a pagar		(44.297)	(80.469)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(92.715)	(55.774)
Total		(3.485.221)	(3.285.497)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	3.540.276	3.200.183	3.391.257	2.950.196

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

20.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e as premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPC-A	(3.719.715)	(426.732)	(468.617)	(510.501)
Efeito sobre empréstimos e debêntures		(426.732)	(468.617)	(510.501)
CDI	269.346	37.900	47.336	56.758
Efeito sobre as aplicações financeiras		37.900	47.336	56.758
Total do efeito de ganho / (perda)		(388.832)	(421.281)	(453.743)

A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	14,9000%	18,6250%	22,3500%
IPC-A ⁽³⁾	4,2600%	5,3250%	6,3900%



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo:
Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:
- (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3;
- (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

21. Demonstração dos fluxos de caixa

21.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	5.831	479
Tributos a recuperar	5.831	479
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(5.831)	(479)
Outros de ativo imobilizado e intangível	(5.831)	(479)

21.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Debêntures e financiamentos	Capital social a integralizar	Arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3.502.024)	(1.245.010)	(157)	(4.747.191)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	229.546	(44.750)	53	184.849
Captações (líquidas dos custos de transação)	(19.958)	-	-	(19.958)
Pagamentos de juros	249.504	-	53	249.557
Integralização de capital	-	(44.750)	-	(44.750)
Outras variações que não afetam caixa	(407.661)	-	(9)	(407.670)
Despesas com juros e variação monetária	(407.661)	-	(9)	(407.670)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(3.680.139)	(1.289.760)	(113)	(4.970.012)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Waldo Edwin Pérez Leskovar	Presidente
Ana Maria de Castro Rovai	Membro Efetivo
Marcus Vinícius Vieira Macedo	Membro Efetivo
Marcus Faria Moreno	Membro Efetivo
Rodrigo Siqueira Abdala	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar	Diretor Presidente
Monique Henriques Barbata de Souza	Diretora

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0